

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO Nº 011/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para operação e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública e ornamental no Município de Riolândia, Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais, de acordo com os critérios básicos e normas técnicas, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 1.554/2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993, com suas posteriores alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

DATA PARA ENTREGA DO(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: 11 de FEVEREIRO de 2020, às 09h00.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Riolândia, com sede na Praça Antônio Levino, nº 470, Centro, telefone (17) 3801-9020, na cidade de Riolândia, Estado de São Paulo.

EDITAL NA ÍNTEGRA: à disposição dos interessados, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Riolândia, onde poderão retirá-lo, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF.

Prefeitura Municipal de Riolândia - SP, 28 de janeiro de 2020.

FABIANA BARCELOS FERREIRA
Prefeita Municipal

PROCESSO Nº 011/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Os documentos que integram o presente EDITAL estão dispostos em 09 (nove) anexos, a saber:

ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II - Modelo Referencial de Instrumento Particular de Procuração;
ANEXO III - Modelo Referencial de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
ANEXO IV - Modelo Referencial de Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho;
ANEXO V - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
ANEXO VI - Modelo Referencial de Declaração de Enquadramento na Situação de “ME” ou “EPP”;
ANEXO VII - Modelo de Declaração de Empresas em Recuperação Judicial;
ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Empresas em Recuperação Extrajudicial;
ANEXO IX – Declaração de Manutenção de Dados Cadastrais Atualizados;
ANEXO X – Modelo de Termo de Contrato;
ANEXO XII - Termo de Ciência e de Notificação;
ANEXO XIII - Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP.

A proponente deve, para a apresentação da **PROPOSTA** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, bem como dos demais **DOCUMENTOS**, ao se valer do **EDITAL**, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do **PREGÃO** e a formalização **CONTRATUAL**, que poderá ser substituído por Nota de Empenho nos termos que se dispõe o art. 62, da Lei Federal 8.666/93, sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

1. PREÂMBULO

1.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA** torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, com base na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 1.554/2007 e Lei Complementar 123/06 e suas alterações.

1.2. O PREGÃO será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) **Ana Flávia Machado de Paula**, nomeada através da Portaria nº 4.373, de 1º de junho de 2.017, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, conforme designação contida nos autos do processo.

1.3. O PREGÃO será realizado no dia 11 de FEVEREIRO de 2020, com início às 09h00, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Riolândia, com sede na Praça Antônio Levino, nº 470, Centro, telefone (17) 3801-9020, na cidade de Riolândia, Estado de São Paulo, quando deverão ser apresentados, no início, O(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, A DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, E OS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para operação e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública e ornamental no Município de Riolândia, Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais, de acordo com os critérios básicos e normas técnicas, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência.

2.1. O objeto do presente pregão será considerado em sua totalidade, ou seja, será composto por tantos quantos elementos existirem nele.

2.2. A licitante deverá apresentar proposta especificando o valor unitário e total, de acordo com as especificações **mínimas** deste Edital;

2.3. A empresa deverá fornecer materiais e peças de primeira linha, conforme legislação vigente, em especial as normas brasileiras pertinentes a matéria.

3. TIPO DA LICITAÇÃO

3.1. Este PREGÃO é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

4. DO VALOR ESTIMADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários para suportar a eficácia do presente objeto, estimado em **R\$ 279.700,00 (duzentos e setenta e nove mil e setecentos reais)**, serão atendidos por verbas, constantes do orçamento vigente, a saber:

Órgão 02 – Prefeitura Municipal.

Unidade Orçamentária: 02.12.12 – Departamento de Obras e Serviços Municipais.

Programa: 25.752.0023.2059.0000 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública.

Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte de Recursos: 01 e 05.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

5.2. Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, não será permitida a participação de empresas:

- a) Estrangeiras que não funcionem no País;
- b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) Impedidas e suspensas de licitar e/ou contratar nos termos do inciso III e/ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e da Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/98;
- e) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados “**em mãos**” pelo representante da empresa, na sessão de realização do pregão, os seguintes documentos:

- a) **tratando-se de representante legal** - Cópia autenticada do estatuto social, contrato social e/ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) **tratando-se de procurador** - Instrumento de procuração público e/ou particular, com firma reconhecida, no qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e/ou desistir de sua interposição e, ainda, para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, conforme **Anexo II**.

6.1.1. Em se tratando do item b) acima, o procurador deverá apresentar cópia autenticada ou original do estatuto social, contrato social e/ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, servindo **apenas para efeito de verificação da Equipe de Apoio e do(a) Pregoeiro(a), sendo, para este ato, devolvida após a conferência.**

6.2. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

6.3. Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

6.4. A ausência do credenciado em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo fundada justificativa seguida de autorização expressa do(a) Pregoeiro(a).

6.5. Para que a **Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte** tenham tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, as mesmas deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do Credenciamento:

6.5.1. **Quando optante** pelo SIMPLES Nacional: Comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no site da Secretaria da Receita Federal.

6.5.2. Quando **não optante** pelo SIMPLES Nacional: Declaração de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que deverá ser assinada por seu representante legal **e contador responsável**, conforme **Anexo VI** deste Edital.

6.5.3. **Declaração** firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme **Anexo VI** deste Edital.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. A declaração da licitante de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme **Anexo III**, deverá ser apresentada **“em mãos” (juntamente os documentos de credenciamento, conforme o caso)**.

7.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, **constando em sua face frontal a razão social e o endereço completo da licitante**, além dos dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2020

Razão Social:

Endereço completo da licitante:

CNPJ Nº..... INSCRIÇÃO

ESTADUAL Nº.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2020

Razão Social:

Endereço completo da licitante:

CNPJ Nº..... INSCRIÇÃO

ESTADUAL Nº.....

7.3. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, **com suas páginas numeradas seqüencialmente**, sem rasuras, emendas, borrões e/ou entrelinhas e, ainda, ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou por procurador legítimo e legalmente constituído, cujos requisitos já foram discutidos no subitem 6.1., letras “a” e “b”.

7.4. Os documentos necessários tanto ao credenciamento quanto à proposta e à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas e/ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou por membro da Equipe de Apoio presente ao certame, exceto as extraídas via Internet, as quais poderão, a qualquer momento, ser diligenciadas pelo(a) Pregoeiro(a) ou por qualquer membro de sua Equipe de Apoio.

8. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

8.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes dados:

- a) Razão Social, endereço completo, telefone/fax, e-mail, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da proponente;
- b) número do Processo e do Pregão;
- c) descrição, de forma clara e completa, do ITEM do objeto desta licitação e seus elementos, com o qual a empresa pretende participar, em conformidade com as especificações deste Edital;
- d) **preço** unitário e total de cada elemento e **valor total do item** em moeda corrente nacional, em algarismo e preferencialmente por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro e/ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: transporte (inclusive frete), seguro contra todos os riscos existentes, garantia e tributos de qualquer natureza, sendo que aqueles que não forem transcritos, serão considerados como já constantes;
- e) Condições de pagamento: O pagamento será em até 30 (trinta) dias da apresentação do documento fiscal na Secretaria Municipal de Finanças / Tesouraria, conforme item 11 deste Edital;
- f) **dados bancários (banco, agência, número conta etc)**, conforme subitem 14.2 deste Edital;
- g) prazo e condições de entrega dos serviços: 60 dias, os serviços serão prestados conforme a necessidade da Administração Pública;
- h) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

9. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

9.1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados nos subitens **9.1.1**, **9.1.2** e **9.1.3**, os quais dizem respeito a:

9.1.1. Regularidade Fiscal e Trabalhista “ou” Certificado de Registro Cadastral

9.1.1.1. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais da sede da licitante. Caso a sede da licitante seja fora deste Município e mantenha filial (is) em Riolândia, apresentar também desta(s);
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos (CND) para com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
- d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) perante a Justiça do Trabalho (Lei Federal 12.440/2011 e artigo 642-A da CLT).

9.1.1.1.1. Regularidade Fiscal para Micro e Empresas de Pequeno Porte

a) Para a habilitação, as microempresas e empresas de pequeno porte **deverão apresentar a documentação completa** e exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal (subitem 9.1.1.1.), mesmo que esta apresente alguma restrição.

b) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento que o substitua, nos termos do subitem 10.17 deste Edital.**

OBS) A licitante cadastrada na Prefeitura do Município de Riolândia, que optar por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição a Regularidade Fiscal e Trabalhista, deverá apresentar o Certificado respeitando as condições do subitem 9.1.1.2. abaixo.

9.1.1.2. Certificado de Registro Cadastral expedido pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA**, compatível com o objeto desta licitação, com prazo de validade igual ou superior a data marcada para entrega dos envelopes.

- a) o Certificado deverá estar acompanhado de **declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos à habilitação.**
- b) As Certidões relacionadas no Certificado de Registro Cadastral deverão estar dentro do prazo de validade.
- c) As Certidões cujo prazo de validade tenha expirado antes da data do encerramento desta licitação, deverão ser atualizadas e anexadas ao Certificado, devendo uma cópia destas, serem encaminhadas ao Setor de Cadastro para atualização do Certificado.

d) Caso a sede da empresa seja fora deste Município e mantenha filial (is) em Riolândia, apresentar a Certidão Negativa de Tributos Municipais da (s) filial (is) de Riolândia.

9.1.2. Outras Comprovações

a) declaração da **licitante**, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, **Anexo IV**;

b) declaração da **licitante**, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, asseverando que a licitante não está declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de licitar e contratar com esta Administração Municipal, inclusive em virtude das disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, **Anexo V**;

9.2. Disposições Gerais da Habilitação

a) Os documentos exigidos nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e” do subitem 9.1.1.1. deste Edital, somente serão aceitos se a data de validade neles assinalados for igual ou superior a data marcada para entrega dos envelopes, *na hipótese de não constar nos documentos o respectivo prazo de validade, somente serão aceitos os documentos emitidos no prazo de 90 (noventa) dias anteriores à data marcada para entrega dos envelopes*, salvo apresentação de prova hábil para comprovar validade superior.

b) Os documentos emitidos via Internet dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério da Prefeitura a comprovação da veracidade dos mesmos e desde que estejam dentro do prazo de validade, conforme alínea “a” deste subitem.

c) Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, encadernados, numerados e precedidos de índice que os identifique claramente.

9.3. Se a licitante for a matriz, todos os documentos de Habilitação e Credenciamento deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

10.1. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a Sessão Pública de processamento deste Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 15 (quinze) minutos.

10.1.1. Junto com os documentos de credenciamento, os licitantes entregarão ao(a) Pregoeiro(a) a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo III**.

10.2. Após o credenciamento, os licitantes entregarão ao(a) Pregoeiro(a), em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

10.3. A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas, por ITEM, as propostas:

a) que não atenderem às especificações, prazos e condições, inclusive no que tange à descrição do Item e de seus elementos;

b) cujos serviços não forem de boa qualidade ou não forem condizentes com o ITEM do objeto desta licitação;

c) que apresentarem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;

d) cujo preço apresente-se manifestamente inexequível, salvo hipótese de erro gráfico;

e) que cotarem o item com elementos faltantes ou incompletos.

10.3.1. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

10.4. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela; não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.5. O(A) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances, de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio, no caso de empate de preços.

10.5.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados e assim sucessivamente, até a definição completa da ordem de lances.

10.6. Os lances deverão ser formulados em valores (R\$) distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, a qual será de **1% (um por cento)**.

10.7. Os lances formulados não comportam desistência. Caso a licitante insista, justificadamente, na desistência do lance ofertado, e desde que aceite pelo(a) Pregoeiro(a), será desclassificada do respectivo item, sem prejuízo de lhe ser aplicado o disposto no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/2002.

10.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando restar apenas um participante e os demais declinarem da formulação de lances.

10.9. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para esta etapa, na ordem crescente dos valores, para fins de constar em ata sendo que, será declarada vencedora a licitante que oferte o menor valor na etapa de lances.

10.10. Se houver **empate, previsto no artigo 44, parágrafo 2º da Lei Complementar 123/2006**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

10.10.1. Considera-se **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5% (cinco por cento) superiores** à proposta mais bem classificada.

10.10.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja proposta for mais bem classificada, poderá apresentar **proposta de preço inferior àquela considerada, até então, vencedora do certame**, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta, procedendo o(a) pregoeiro(a) à etapa de negociação de que trata o subitem 7.11.

10.10.2.1. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de **5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, a contar da convocação do (a) Pregoeiro (a), sob pena de preclusão.

10.10.3. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.10.1, será realizado **sorteio** entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

10.10.4. O exercício do direito de preferência **somente** será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances **NÃO tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou seja, sendo a vencedora da etapa de lances ME ou EPP não se procederá ao disposto nesses subitens.**

10.10.5. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta daquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

10.11. O(A) Pregoeiro(a) poderá continuar negociando com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço.

10.12. Após a negociação, se houver, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.12.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços dos insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado, acrescidos dos respectivos encargos sociais e benefícios e despesas indiretas.

10.12.2. O(A) Pregoeiro(a) poderá, a qualquer momento, solicitar às licitantes a composição de preços unitários dos elementos do ITEM (Serviços), bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários,

ainda que tenha de diligenciar para tanto, podendo, inclusive, suspender o procedimento do pregão por tempo determinado.

10.13. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

10.14. Eventuais falhas, omissões e/ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e complementação de documentos, ou;

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações, tais como a Internet, a qual poderá, inclusive, ser utilizada pelo representante de empresa participante, com a anuência do(a) pregoeiro(a).

10.14.1. A verificação será certificada pelo(a) Pregoeiro(a) e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.14.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios, no momento da verificação, podendo o(a) pregoeiro(a) autorizar a utilização de outro local, inclusive. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, mesmo a empresa utilizando-se de outros locais ou meios, será esta declarada inabilitada.

10.15. Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas neste edital, o(a) Pregoeiro(a), se necessário, diligenciará junto a qualquer órgão que se fizer necessário.

10.16. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) habilitada(s) e declarada(s) vencedora(s) do certame.

10.17. **Quanto à microempresa e empresa de pequeno porte**, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **02 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.17.1. Não ocorrendo a regularização da documentação, no prazo previsto neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, **sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, conforme subitem 10.11 deste Edital, assinatura do contrato ou outro instrumento que o substitua, ou revogar o ITEM ou a licitação.

10.18. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a

sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10.19. Caso não haja empresa selecionada para a etapa de lances com condições de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) chamará ao certame para negociar as licitantes não selecionadas para a mencionada etapa e que permaneceram no local da sessão de pregão.

10.20. A licitante vencedora terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento do pregão, para refazer a composição dos preços de cada elemento, caso seja necessário.

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

11.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.1.1. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo(a) Pregoeiro(a) à licitante vencedora e o encaminhamento do processo ao Senhor Prefeito Municipal para a sua devida homologação.

11.2. Não serão passíveis de apreciação os motivos expostos em memoriais que não tenham sido alegados no ato da manifestação na sessão pública de Pregão.

11.3. Os recursos eventualmente interpostos deverão ser encaminhados ao PREGOEIRO, e protocolados no horário das 08h00 às 17h00, na Central de Atendimento da Prefeitura do Município de Riolândia, Praça Antonio Levino nº; 470 - Centro, nesta cidade.

11.4. Interposto o recurso, o(a) Pregoeiro(a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado ao Senhor Prefeito Municipal.

11.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Senhora Prefeita Municipal adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

11.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. O(A) pregoeiro(a) poderá sugerir, ainda, a anulação e revogação do procedimento, o que será devidamente decidido pela Senhora Prefeita Municipal.

12. DA CONDIÇÃO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados e treinados em curso de capacitação nas normas NR-6, NR-10, NR-12, NR-35, e ainda, atender os critérios básicos e normas técnicas vigentes para os serviços de manutenção de iluminação pública, e correndo por conta do licitante vencedor as despesas hospedagem, operacionalização e segurança dos equipamentos, serviços e demais despesas decorrentes do objeto desta licitação.

12.1.1. A Operação dos serviços será de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora, e serão feitos em local, data e horário designado pela Administração Pública à empresa contratada, com agendamento prévio de 05 dias de antecedência.

12.2. Os serviços serão prestados conforme especificação do objeto deste Edital.

12.3. Quaisquer modificações ou serviços extraordinários que forem necessários, somente poderão ser executados mediante a concordância da Prefeitura.

12.4. Deverão ser cumpridas todas as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos funcionários, os quais deverão estar equipados com todos os EPI's e EPC's necessários para realização dos serviços.

12.5. A licitante vencedora será a única responsável por qualquer dano, prejuízo ou avaria causados a terceiros, bem como, pelos atos praticados por seu pessoal ou prepostos, ficando excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações.

12.6. Quando da verificação de pendências, a correção deverá ser imediata.

13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. O objeto da presente licitação será recebido na data de sua execução, conforme item 12 deste Edital, pelos responsáveis competentes para tanto.

13.2. Os serviços serão executados conforme especificações deste Edital da Proposta da licitante vencedora.

13.3. Os serviços serão conferidos e examinados e, sendo constatado alguma irregularidade a empresa vencedora deverá refazer os serviços imediatamente, observando as condições estabelecidas, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções administrativas estabelecidas pelas leis federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.

13.4. A Prefeitura se reserva o direito de recorrer ao fornecedor em caso de verificação de irregularidade ou má qualidade dos serviços.

14. DO PAGAMENTO

14.1. Condições de pagamento: O pagamento será em até 30 (trinta) dias da apresentação do documento fiscal na Secretaria Municipal de Finanças / Tesouraria;

14.2. O **pagamento será efetuado através de “Depósito Bancário”** na conta específica da empresa vencedora desta licitação, para isso, as licitantes deverão informar a conta bancária de um dos seguintes Bancos: **Banco do Brasil S.A.; Banco Santander (Brasil) S.A.; e, Banco Bradesco S.A..**

14.2.1. A veracidade dos dados bancários descritos na proposta é de responsabilidade exclusiva das licitantes, ficando a Prefeitura eximida de quaisquer erros ou falhas nas informações fornecidas pelas licitantes em suas propostas;

14.3. Os documentos fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidos à empresa vencedora para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata este item começará a fluir a partir da data de apresentação do documento fiscal, sem imperfeições.

14.4. O CNPJ do Documento Fiscal deverá ser o mesmo dos documentos apresentados na licitação, não sendo aceito CNPJ diferente, nem mesmo filial.

15. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

15.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração do Município de Riolândia pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.

15.1.1. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, no fornecimento dos produtos, contado a partir da solicitação de entrega encaminhada pela Administração.

15.1.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, quando decorridos 30 dias, ou mais, de atraso.

15.2. A multa de que tratam os subitens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da licitante e quando aceitos, justifiquem o atraso.

15.3. Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

15.4. As sanções de que tratam os subitens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e, desde que, não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança desta aquisição.

16.2. O resultado deste certame será divulgado no Diário Oficial do Município de Riolândia.

16.3. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

16.3.1. Os questionamentos, solicitação de providências ou impugnação ao ato convocatório deste Pregão, deverão ser Protocolados no Paço Municipal, com até dois dias úteis da realização do Pregão, através de petição dirigida à autoridade subscritora deste Edital.

16.3.2. A autoridade subscritora deste Edital decidirá sobre a petição acima mencionada e responderá através de ofício e/ou e-mail, no prazo de até um dia útil antes do encerramento desta licitação, sendo que, caso não seja possível resolver a impugnação ou questionamentos no prazo, será definida nova data de sessão pública para este Pregão ou o mesmo poderá ser julgado prejudicado.

16.3.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16.4. A publicidade dos demais atos pertinentes a esta licitação e passíveis de divulgação será efetuada mediante publicação no Diário Oficial do Município de Riolândia, Estado de São Paulo.

16.5. As licitantes deverão manter atualizados os dados da empresa, especialmente e-mail que será utilizado como meio oficial e válido para todos os efeitos legais, inclusive notificações, citações e intimações referente a eventual gestão do contrato, sua execução e eventual processo de responsabilização e aplicação de penalidade.

16.6. Os envelopes contendo os documentos de habilitação da(s) licitante(s) não vencedora(s) do certame estará(ão) à disposição para retirada na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Licitações e Contratos, Paço Municipal, localizada na Praça Antonio Levino nº. 470 - Centro, Riolândia/SP, pelo prazo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Assinatura do Contrato com o(s) vencedor(es).

16.7. Iniciada a sessão pública, os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a).

16.8. Integram o presente Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo Referencial de Instrumento Particular de Procuração;

ANEXO III - Modelo Referencial de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO IV - Modelo Referencial de Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho;

ANEXO V - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
ANEXO VI - Modelo Referencial de Declaração de Enquadramento na Situação de “ME” ou “EPP”;
ANEXO VII - Modelo de Declaração de Empresas em Recuperação Judicial;
ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Empresas em Recuperação Extrajudicial;
ANEXO IX - Declaração de Manutenção de Dados Cadastrais Atualizados;
ANEXO X - Modelo de Termo de Contrato;
ANEXO XII - Termo de Ciência e de Notificação;
ANEXO XIII - Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP.

17.9. Esta licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/06, pelo Decreto Municipal nº 1.554/2007, e, subsidiariamente e no que couber, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sendo o(a) pregoeiro(a) autoridade soberana para resolver todas e quaisquer pendências surgidas na sessão Pública deste Pregão.

17.10. A Prefeitura do Município de Riolândia reserva-se o direito de adquirir no todo ou em parte, quando for o caso, respeitados os limites legais ou rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja conveniência administrativa para o caso, em prol do interesse público, observados os ditames do artigo 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, obrigando-se os fornecedores ao cumprimento integral de suas propostas, nas condições definidas na sessão Pública deste Pregão, sem que lhes caiba qualquer direito à reclamação e/ou indenização a favor da proponente e sob pena da aplicação do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

17.11. A Prefeitura do Município de Riolândia reserva-se o direito de revogar ou anular o presente procedimento licitatório, nos ditames do artigo 49, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

17.12. A adjudicação dos item (s) do objeto deste edital à(s) licitante(s) vencedora(s) a(s) obriga(m) ao fornecimento integral do(s) mesmo(s), nas condições oferecidas, não lhe(s) cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua(s) proposta(s), quer seja por erro ou omissão.

17.13. A participação nesta licitação implica na aceitação das condições ora discorridas, bem como em todas as disposições legais que, direta ou indiretamente, venham a incidir neste procedimento.

17.14. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a manter durante toda a vigência do Contrato ou outro instrumento que o substitua, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

17.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação e não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Federal nº 10.520 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

17.16. Todos os horários constantes deste Edital têm como referência o horário de Brasília/DF. Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, publicado por "AVISO DE LICITAÇÃO", na imprensa local, e afixado em seu inteiro teor no local de costume do Paço Municipal.

Prefeitura do Município de Riolândia, em 28 de janeiro de 2020.

FABIANA BARCELOS FERREIRA
Prefeita Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

1. DA FINALIDADE

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as características e especificações mínimas do objeto da presente licitação.

2. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para operação e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública e ornamental no Município de Riolândia, Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais.

3. DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Parque de Iluminação Pública do município de Riolândia é estimado em **2.500 Pontos**, sendo 2015 de Iluminação Pública e 485 de Ornamentais, conforme a tabela abaixo:

I. PÚBLICA	QTD.	I. ORNAMENTAL	QTD.
LAMPADA VS 70W	988	LAMPADA VS 250	15
LAMPADA VS 100W	720	LAMPADA MISTA 250W	195
LAMPADA VS 150W	39	LAMPADA METALICA 150W	23
LAMPADA VS 250W	268	LAMPADA METALICA 250W	221
TOTAL	2015	LAMPADA METALICA 400W	31
		TOTAL	485

4. DA ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS

4.1. A empresa deverá disponibilizar um canal de atendimento gratuito entre os munícipes e empresa através de um "Call Center" (0800), para recebimentos de chamadas via telefones fixos e móveis de qualquer DDD, para o recebimento de reclamações e abertura das ordens de ocorrências dos serviços a serem executados, encaminhados pelos munícipes e pelo Poder Público.

4.2. Um Web Site com canal exclusivo para Iluminação Pública (Fale Conosco; Contato; Reclame aqui, etc) também deverá ser disponibilizado para o recebimento de reclamações e solicitações de serviços.

4.3. A empresa deverá manter base administrativa, barracão de almoxarifado, em distância condizente com a prestação de serviços no município de Riolândia SP.

4.4. A empresa deverá disponibilizar para os serviços pelo menos 1 (um) Caminhão equipado com cesto aéreo de no mínimo 13 metros de altura e carroceria apropriada para armazenamento e transporte dos materiais,

isolado até 1000 volts, com operação diretamente no cesto aéreo para a execução dos serviços descritos no objeto deste edital.

4.5. Os equipamentos necessários para a execução dos serviços, inclusive os de EPIs e EPCs, uniformes entres outros, é de inteira responsabilidade da empresa vencedora, os quais deverão atender a todas as normas da ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas, e da Concessionária de Energia Elétrica local (Elektro), da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, e demais leis vigentes pertinentes.

5. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, E, DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços do objeto desta licitação, deverão ser realizados por profissionais habilitados e treinados em curso de capacitação nas normas NR-6, NR-10, NR-12, NR-35, e ainda, atender os critérios básicos e normas técnicas vigentes para os serviços de manutenção de iluminação pública.

5.2. É de inteira responsabilidade da empresa vencedora da licitação, o treinamento e qualificação da mão de obra necessária aos trabalhos para o cumprimento técnico, de prazos e demais exigências contidas neste Edital, ficando sob sua responsabilidade.

5.3. Quando a fiscalização constatar que o profissional da empresa vencedora da licitação não tem a qualificação necessária, o Município de Riolândia poderá exigir o treinamento, reciclagem e/ou substituição desta mão de obra. É de responsabilidade também da empresa vencedora da licitação o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares da execução dos trabalhos e das condições de segurança, cabendo exclusivamente à empresa vencedora da licitação a responsabilidade por ações trabalhistas, previdenciárias e/ou acidentárias promovidas por seus empregados. Dentre os trabalhos de administração do contrato, a empresa vencedora da licitação deverá manter preposto responsável pela execução contínua dos serviços, o qual deverá atender imediatamente às solicitações da Prefeitura.

5.4. A empresa vencedora deverá disponibilizar a seguinte equipe técnica para a realização dos serviços:

01	Engenheiro Eletricista
01	Engenheiro de Segurança do Trabalho
04	Eletricistas
02	Motoristas

5.5. A empresa vencedora da licitação deverá executar os serviços de manutenção de rede de iluminação pública do Município de Riolândia, consertando qualquer ponto de luz que vier apresentar problemas, atendendo a solicitação da comunidade ou da prefeitura, que fará solicitação de Serviço através do "CALL CENTER", ou, de qualquer outro canal de atendimento disponibilizado.

5.6. Este objeto de licitação compreende serviços de Ronda, Manutenção Preventiva e Corretiva, e Serviços de Pronto Atendimento.

5.6.1. Ronda – Realizar pelo menos uma ronda mensal em todo o Parque de Iluminação da cidade, para identificar luzes acesas durante o dia e apagadas a no período noturno, procedendo imediatamente as correções necessárias (Substituição de lâmpada, reator, relê fotocélula, etc).

5.6.2. Preventiva - Realizar rotinas de inspeção e verificação periódica para o bom funcionamento do Sistema de Iluminação Pública e Ornamental em seu conjunto e de seus equipamentos de comando, de acordo com estatísticas de falhas e metodologias de análise.

5.6.3. Corretiva – Realizar serviços classificados como necessários ao restabelecimento integral das condições normais, padronizadas e de segurança da Rede de Iluminação Pública, Serviços em consequência de falhas, desempenho deficiente ou outros, executados em Unidades; Correção de fixação do reator e ignitor, Correção de posição de braços / luminárias, Eliminação de cargas elétricas não destinadas à Iluminação Pública, Fechamento de luminária com tampa de vidro aberto, Limpeza externa e interna de luminária, Substituição de chave magnética e/ou proteção, Substituição de conectores, Substituição de ignitor, Substituição de lâmpada, Substituição de relé fotoelétrico, Substituição de reator/equipamento auxiliar. A empresa vencedora da licitação deverá tencionar os cabos do circuito aéreo de Iluminação Pública quando necessário, bem como desobstruir a Rede de Iluminação Pública e seus componentes de objetos estranhos (galhos de árvores, pipas, tênis, etc.) sempre que constatadas estas ocorrências.

5.6.4. Pronto Atendimento – Realizar serviços exigidos por situações de perigo pessoal ou material que devam ser atendidos de imediato, por recebimento de solicitação ou detectados. São exemplos de serviços de Pronto Atendimento: Setores com várias lâmpadas apagadas sequencialmente, danos causados por abalroamentos, impactos diversos, fenômenos atmosféricos, incêndios, circuitos partidos, luminárias com refrator e/ou compartimento para equipamento abertos, entre outros. Na ocorrência de situações onde a equipe de eletricitas não consiga eliminar a situação de risco em virtude de dependência de terceiros, a equipe deverá sinalizar e isolar o local e avisar imediatamente o gestor da empresa e da prefeitura para que seja tomada as medidas cabíveis para a solução dos problemas.

5.7. O prazo para o atendimento das ocorrências abertas será de até 72 (setenta e duas) horas após a abertura junto ao Call Center ou recebido por outro canal de atendimento, com exceção do Pronto Atendimento que deverá ser realizado em até 24 (vinte e quatro) horas.

5.8. Os serviços realizados serão garantidos pela empresa prestadora, por período de 12 (doze) meses.

5.9. A empresa vencedora deverá sinalizar com equipamento adequado, conforme as normas e acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.

5.10. Os materiais necessários para os serviços de manutenção serão fornecidos juntamente com a prestação dos serviços, as expensas da empresa vencedora da licitação.

5.11. Os materiais e/ou resíduos enquadrados na lei de crimes ambientais (Lei Nº 9605 de 12/02/1998) e legislação complementar, tais como lâmpadas de descarga, deverão ter seus processos de descarte realizados sob exclusiva responsabilidade da Contratada para sua destinação final adequada.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

À

Prefeitura Municipal de Riolândia

Praça Antônio Levino, nº 470, Centro

CEP.: 15.495-000, na cidade de Riolândia/São Paulo

REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 005/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para operação e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública e ornamental no Município de Riolândia, Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais.

Razão Social da	Proponente:
CNPJ: _____	
Inscrição	Estadual: _____
Endereço: _____ nº. _____	
Cidade/UF: _____	CEP: _____
E-mail: _____	
Telefone: _____	Fax: _____

Ite m	Especificação do Objeto	Und .	Qtde. Estimad a de Pontos	Mês	Preço Unit.	Preço total Mensal	Preço Total Anual
01	Contratação de empresa especializada para operação e	Serv .	2.500	12			

execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública e ornamental no Município de Riolândia, Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais						
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				R\$		
Valor por extenso:						

DECLARO, sob as penas da lei, que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas neste Anexo.

DECLARO que o preço indicado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal ou procurador

ANEXO III - MODELO REFERENCIAL DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição Estadual sob n.º, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente Pregão Presencial nº 005/2020, Processo Licitatório nº 011/2020, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do pregão, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

Local e data.

Assinatura

Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir com firma reconhecida e acompanhada da ATA social da licitante ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante.

**ANEXO IV - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE PLENO
ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

À
Prefeitura Municipal de Riolândia
Ref. Pregão Presencial nº 005/2020
Processo Licitatório nº 011/2020

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520/2002, a empresa(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº 005/2020, cujo objeto contratação de empresa especializada para operação e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública e ornamental no Município de Riolândia, Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais, de acordo com os critérios básicos e normas técnicas, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência.

Local e data.

Assinatura

**ANEXO V - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO
REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO**

A empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J./M.F. nº _____, representada pelo(a) sr.(a) (representante legal da empresa), no cargo de (....), portador (a) do R.G. nº _____ e do CPF nº _____, DECLARO, sob as penas da Lei que nos termos da Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 que alterou dispositivos da Lei n.º 8.666, de 16 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, que a nossa empresa, encontra-se em situação regular no Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil. Portanto, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho aos menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; a empresa atende às normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.

Local e data.

Assinatura

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 - PROCESSO Nº 011/2020, promovido pela Prefeitura do Município de Riolândia, declaro, sob as penas da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações que, a empresa mencionada acima, **não está declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de licitar e contratar com esta Administração Municipal.** Declaro, ainda, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação da referida empresa no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, e que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de outubro de 2014, cujos termos declara conhecer na íntegra.

-----, -- de ----- de 2020. / (assinatura) / (nome do representante legal da empresa proponente)

**ANEXO VII - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE
ENQUADRAMENTO NA SITUAÇÃO DE “ME” OU “EPP”**

A empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J./M.F. nº _____, representada pelo(a) sr.(a) (representante legal da empresa), no cargo de (....), portador(a) do R.G. nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ Nº. _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar Nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial nº/2020, realizado pela Prefeitura Municipal de Riolândia -SP.

Local e data.

Assinatura

**ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPRESAS EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

À

Prefeitura Municipal de Novais

Ref. Processo de Licitação nº 011/2020

Pregão Presencial nº 005/2020

A empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF nº _____, representada pelo(a) sr.(a) (representante legal da empresa), no cargo de _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deve apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido.

Local/Data.

Assinatura

Empresa/Representante Legal

**ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPRESAS EM
RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

À

Prefeitura Municipal de Novais

Ref. Processo de Licitação nº 011/2020

Pregão Presencial nº 005/2020

A empresa (razão social), com sede na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF nº _____, representada pelo(a) sr.(a) (representante legal da empresa), no cargo de _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial está sendo cumprido.

Local/Data.

Assinatura

Empresa/Representante Legal

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE DADOS CADASTRAIS ATUALIZADOS

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA CONHECIMENTO E ACEITE

Processo Licitatório nº 011/2020 Modalidade: 005/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para operação e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública e ornamental no Município de Riolândia, Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais, de acordo com os critérios básicos e normas técnicas, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência.

Empresa:

CNPJ:

I.E.:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Site:

Responsável:

CPF:

R.G.:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Pela presente declaro, para os devidos fins de direito, que tenho plena ciência dos termos do contrato nº _____, referente ao processo licitatório nº _____ - modalidade _____, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para operação e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública e ornamental no Município de Riolândia, Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais, de acordo com os critérios básicos e normas técnicas, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência.

Declaro estar ciente e concordar em manter devidamente atualizado os dados cadastrais da empresa, especialmente quanto ao endereço eletrônico (e-mail), pelo qual deverá ocorrer todas notificações, citações e intimações referente a eventual gestão do contrato, sua execução e eventual processo de responsabilização e aplicação de penalidade.

Outrossim, estamos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao eventual contrato, serão publicados na imprensa Oficial Eletrônica do Município de Riolândia, disponível no endereço: www.riolandia.sp.gov.br, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos para prestar esclarecimentos, manifestar, recorrer, dentre outros de interesse das partes.

Por ser expressão da verdade, declaro ciência e concordância com os termos acima.

_____, ____/____/____
Local e data

Contratado

ANEXO XI - MODELO TERMO DE CONTRATO

Através do presente instrumento de contrato, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA-SP, situada na Praça Antônio Levino, nº 470, Centro, CEP.: 15.495-000, na cidade de Riolândia, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ . sob nº -----, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por seu _____, nome, RG n.º _____ e CPF nº _____e, de outro, a firma _____, com sede na Rua _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu (nome, função, RG, CPF, do representante legal da empresa), de acordo com o que consta do Processo nº 011/2020, relativo ao PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2020, têm entre si justo e acertado este instrumento contratual, que se regerá pelas CLÁUSULAS seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada para operação e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública e ornamental no Município de Riolândia, Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais, de acordo com os critérios básicos e normas técnicas, durante o período de 12 (doze) meses, conforme descrições constantes do Anexo I do presente edital integrante do Processo Licitatório n. 011/2020, na modalidade Pregão Presencial n. 005/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

2.1. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da aquisição, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO os documentos do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2020 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA, constantes do Processo n.º 011/2020, e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação do contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto, serão atendidos por verbas, constantes do orçamento vigente:

Órgão 02 – Prefeitura Municipal.

Unidade Orçamentária: 02.12.12 – Departamento de Obras e Serviços Municipais.

Programa: 25.752.0023.2059.0000 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública.

Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte de Recursos: 01 e 05.

CLÁUSULA QUARTA DA VALIDADE DO CONTRATO

4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, ou até entrega total do objeto licitado.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Pelo fornecimento do(s) objeto(s) deste CONTRATO, a MUNICIPALIDADE pagará à contratada o preço certo, irrevogável e total de

5.2. O pagamento será efetuado imediatamente após a entrega do objeto do presente contrato, acompanhado do respectivo recebimento definitivo, bem como certidão de regularidade junto ao FGTS e certidão negativa de INSS e da respectiva nota fiscal, que será emitida, contendo na mesma os seguintes dizeres:

a) Pregão nº 005/2020

b) Processo nº 011/2020

5.3. Em caso de irregularidade(s) no(s) item(ns) do(s) objeto(s) entregue(s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

5.4. O preço inicialmente cotado é fixo e irrevogável, podendo, para manter o equilíbrio contratual, ser objeto de revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Contratada.

5.5. Somente haverá revisão de valor quando o reajuste for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de marca ou de distribuidora por parte da Contratada.

5.6. O reajuste não servirá, em hipótese alguma, para ampliação de margem de lucro.

5.7. O reajustamento apenas será efetuado no caso da Contratada demonstrar através de Notas Fiscais do distribuidor o preço praticado anteriormente e o atual.

5.8. No preço acima estipulado estão incluídas todas as despesas sobre o objeto contratado tais como: tributos, fretes, seguros, encargos sociais e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

5.9. A recomposição de preço não ficará adstrita a aumento devendo, o fornecedor repassar ao município as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais.

5.10. Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pelo fornecedor ou requeridas pelo município.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

6.1. Os serviços deverão ser executados no município de Riolândia, nos locais indicados pelo departamento solicitante, de acordo com a solicitação, no prazo máximo indicado no Termo de Referência deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, devendo entregar os objetos deste contrato de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.

7.2. Fica a CONTRATADA responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à entrega do bem objeto deste contrato, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a empenhar, quando da contratação, os recursos orçamentários necessários ao pagamento, observadas as previsões estabelecidas, e pagar a(s) nota(s) fiscal(ais) emitida(s).

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

9.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a CONTRATADA às seguintes sanções, sem prejuízo das previstas no item 26 do Edital de Pregão Presencial n. 005/2020:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, pelo atraso na entrega do veículo, sobre o valor do bem não entregue, até o limite de 15 (quinze) dias;
- c) Multa de 1% (um por cento) do valor do produto, caso a adjudicatária apresente outras falhas quanto a entrega do bem;
- d) Multa de 5% (cinco por cento) do valor total do bem adquirido caso a adjudicatária não cumpra com a totalidade das obrigações assumidas, incluindo-se o prazo estabelecido para entrega do objeto, salvo por motivo de força maior reconhecido pela Administração;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Riolândia, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo do disposto nos artigos 86 a 88 da mesma Lei.

10.2. Na hipótese de rescisão, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que advierem do rompimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO

11.1. Será competente o foro da Comarca de Paulo de Faria - SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

.....,de.....de ____

Prefeito Municipal

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHA:

NOME:

RG:

CPF:

TESTEMUNHA:

NOME:

RG:

CPF:

ANEXO XII - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: Contratação de empresa especializada para operação e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública e ornamental no Município de Riolândia, Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais, de acordo com os critérios básicos e normas técnicas, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência

ADVOGADO(S) / Nº OAB: _____

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

**ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO
TCE-SP**

-
CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para operação e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública e ornamental no Município de Riolândia, Estado de São Paulo, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais, de acordo com os critérios básicos e normas técnicas, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA.

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)